

XI SEMEAD
ÁREA TEMÁTICA: Administração Geral

Título do Trabalho:

**UM OLHAR QUALITATIVO SOBRE OS FATORES CONDICIONANTES DA
 FELICIDADE ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS: APONTAMENTOS PARA
 A GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA**

AUTORES

MARLENE CARDIA LAVIOLA

marlenelaviola@uol.com.br

FRANCISCO RÓZSA FUNCIA

ffuncia@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo narrar os resultados de uma pesquisa qualitativa que buscou identificar os fatores condicionantes da felicidade entre os jovens universitários, na faixa de 20 a 22 anos e, nessa perspectiva, discutir a complexidade envolvida no estabelecimento de uma medida que contemple os aspectos subjetivos e objetivos relacionados ao bem-estar. Os blocos temáticos que nortearam as entrevistas foram: o conceito de felicidade individual e avaliação da satisfação de vida, os “chavões populares” sobre o tema da felicidade, os momentos da vida e as circunstâncias da felicidade individual, os sonhos e os desejos futuros e, por fim, a contribuição do Poder Público (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a felicidade coletiva. Apesar das restrições que possam ser levantadas e o muito que resta a conhecer sobre os fatores subjetivos que condicionam a felicidade, esse esforço não terá sido em vão, pois se trata de recolocar a economia novamente a serviço da sociedade, não como um fim, mas como um meio de alcance ao bem-estar. Sem tomarmos a felicidade coletiva como horizonte, efetivamente, não teremos como avaliar resultados materiais da ação humana, da gestão empresarial ou da ação governamental.

Palavras-Chave: Felicidade, Ação Pública, Gestão Empresarial

**A QUALITATIVE LOOK ON THE CONDITIONING AGENTS OF HAPPINESS
 AMONG YOUNG COLLEGE STUDENTS: PLANS FOR PUBLIC AND PRIVATE
 MANAGEMENT**

ABSTRACT

The present article aims to relate the results of a qualitative research which intended to identify happiness conditioning factors among young college students, aged 20 to 22 years old, and within this perspective, discuss the complexity involved in the setting of a measure which contemplates both the subjective and the objective aspects related to well-being. The thematic blocks which guided the interviews were: the concept to individual happiness, the evaluation of life satisfaction, the “popular sayings” on the happiness subject, the moments of life and circumstances of individual happiness, dreams and future desires and, at last, Public Power’s contribution for collective happiness. In spite of some restrictions raised, and how much remains to know about the subjective agents which condition happiness, this effort will not have been in vain, once it means to restore economy for society’s benefit, not as an end but as a way to reach well-being. Without considering effectively collective happiness as a

goal, we shall be unable to evaluate the material results of human action, of enterprise management or of governmental action.

Key-Words: Happiness, Governmental Action, Interprise Manegement.

Um olhar qualitativo sobre os fatores condicionantes da felicidade entre os jovens universitários: apontamentos para a gestão pública e privada.

1. INTRODUÇÃO

Uma questão presente no mundo dos negócios é o crescente “stress” dos executivos e funcionários das grandes empresas, como consequência da intensa competitividade existente num mercado de dimensões globais, mas com distâncias cada vez mais reduzidas à medida que a tecnologia dos transportes se desenvolve e os processos decisórios ficam mais ágeis com o avanço da tecnologia da informação. “Estar-bem” é uma condição necessária para o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, para a crescente lucratividade buscada pelas empresas.

Por sua vez, a busca por mais qualidade de vida tem norteado a ação política nas esferas de governo federal, estadual e municipal desde o início dos anos 90, sendo que as questões relativas ao “bem-estar” estão presentes nas diferentes políticas públicas voltadas para a inclusão social, emprego e renda, bem como nas áreas clássicas de atuação do setor público – saúde, educação, segurança, transporte e habitação.

A combinação entre os interesses privado e público em relação à qualidade de vida dos executivos e funcionários nas empresas, de um lado, e da população em geral nas cidades, de outro, é um aspecto que determina a relevância social da “felicidade” como objeto de estudo.

O presente artigo tem como objetivo narrar os resultados de um experimento de caráter qualitativo, que buscou, junto a jovens estudantes, na faixa de 20 a 22 anos, identificar fatores condicionantes da felicidade, como etapa exploratória de um projeto de pesquisa mais amplo. Tal projeto de pesquisa destinava-se à construção de um indicador de felicidade coletivo, para avaliar a gestão das políticas públicas.

Do ponto de vista teórico, o presente estudo associa-se a um conjunto de trabalhos que têm discutido os fatores subjetivos relacionados com a felicidade coletiva. Estas abordagens divergem do pensamento econômico neoclássico tradicional, que trata da felicidade a partir das preferências do consumidor reveladas pelas suas escolhas de consumo e não pela via das aspirações ou dos desejos.

Metodologicamente, o experimento também parece se justificar e inovar, uma vez que os estudos recentes que tratam de felicidade centram-se principalmente em bases quantitativas, tendo como principal fonte a “World Values Survey”, levantamento que apresenta dados referidos ao Brasil, somente para 1991 e 1997.

Na seqüência, como forma de organizar a discussão, é feita uma retrospectiva da produção acadêmica tanto teórica (próxima seção) como empírica (seção 3) sobre o assunto, que permitiu a construção do roteiro de entrevistas e gerou referências para análise dos resultados. Para finalmente, nas duas últimas seções, tratar da massa de impressões colhidas na investigação e tecer as considerações finais.

2. REVISÃO TEÓRICA

A relação entre felicidade e economia é de origem. Pelo dicionário, a felicidade é satisfação, contentamento, boa fortuna, acerto, sucesso, e bem-estar, enquanto que ao termo economia podem ser associadas à obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários a esse mesmo bem-estar. (HOUAISS & VILLAR, 2001: 1097 e 1323)¹.

Por isso, a preocupação com a felicidade, enquanto manifestação de bem-estar e satisfação com a vida, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente na discussão dos economistas, como elemento que dá sustentação à interrogação fundadora da ciência econômica. Sem os anseios de maximização da “felicidade coletiva” a alcançar, como se poderia questionar a escassez dos recursos? A grande dúvida parece ter sido, qual a grandeza que deveria ser maximizada, enquanto “proxy” da felicidade coletiva, considerando o espaço de uma ciência que se desejou positiva e isenta dos juízos de valor individuais².

Assim, ao longo da história do pensamento e da construção metodológica da Teoria Econômica, mesmo de uma forma muitas vezes não tão explícita, os autores estiveram às voltas com o que, afinal de contas, era essa “tal felicidade”. As referências ao bem-estar, harmonia dos interesses sociais e o conflito decorrente dessa busca são presenças constantes na obra dos grandes economistas³ desde Smith⁴.

Em meio a esses autores, Bentham (1979 apud LIMA, 2007:22) ao nomear “utilidade” (algo que se pode quantificar objetivamente), como a propriedade de um bem gerar benefício, prazer e felicidade, teria ajudado a delinear, o que depois ficaria conhecido como Teoria da Utilidade. Essa teoria, que repousa sobre os postulados da racionalidade e da lógica consistente, considera a “utilidade” como “proxy” do bem-estar do consumidor⁵ ao mesmo tempo em que despreza a avaliação do comportamento individual subjetivo, pois se acredita que isso redundaria sempre numa representação inconsistente das preferências por esse mesmo bem-estar. Note-se que a abordagem pela utilidade não se pode confundir com o que seria uma efetiva Teoria de Comportamento do Consumidor, em que o alcance dos desejos deveria prevalecer como objeto de estudo, além da escolha norteada pela necessidade diante das possibilidades.

Por volta dos anos 70, registrou-se o retorno ao interesse pelos aspectos subjetivos do bem-estar ou da felicidade. Inicialmente, fora da economia, em estudos que se referiam ao melhoramento das condições de vida decorrente das alterações de renda e riqueza,

¹ Rodrigues & Shikida (2005:84) adotam economia como sendo oriunda do termo grego “oikonomique” (cujo uso seria atribuído a Aristóteles) que poderia ser traduzido como a “*virtude de uso adequado dos bens necessários a uma vida moralmente boa e feliz*”, o que pareceu bastante adequado para a representação da associação entre economia e felicidade aqui tratada.

² Ver sobre a discussão da definição robbinsiana de ciência econômica em Napoleoni (1979:35-46), em especial, da necessidade da Economia se comportar como uma ciência positiva, afastando de si todo o procedimento, julgamento de valor e proposições que comportem um confronto entre utilidades de indivíduos diversos, bem como da impossibilidade se conceber a soma das utilidades individuais como “utilidade coletiva”.

³ Para exemplos e citações desses autores, ver: Hugon (1980), Rima (1977), Blaug (2001), bem como os textos que fazem ampla revisão dos economistas que trataram do tema felicidade, tais como: Silva (2004), Rodrigues & Shikida (2005), Corbi & Menezes-Filho (2004 e 2007) e Lima (2007).

⁴ Exemplifica isso a seguinte frase de Adam Smith, na abertura da Teoria dos Sentimentos Morais (2004:29): “*por más egoísta que quiera suponerse al hombre, evidentemente hay algunos elementos en su naturaleza que lo hacen interesarse en la suerte de los otros de tal modo, que la felicidad de éstos le es necesaria, aunque de ello nada obtenga, a no ser el placer de presenciarla*”.

⁵ Blaug (2001:319-667) dedica boa parte do seu livro à discussão da complexa evolução da Teoria da Utilidade, tratando de suas relações tanto com a Teoria da Demanda e como com a Economia do Bem-estar, bem como dos aspectos desse programa de pesquisa, tanto na escola clássica como na neoclássica.

desprezando a questão do bem-estar pessoal; e, ainda, consideravam a satisfação se adaptando ao nível material, concluindo ser o bem-estar derivado de um aumento na renda que é apreciado muito mais “ex-ante” do que “ex-post”. (LIMA, 2007:24) ⁶. Posteriormente, em 1974, o economista Richard Easterlin teria inaugurado os estudos sobre felicidade no padrão que tem predominado até agora, trabalhando com micro-dados para economia americana, entre os anos 40 e 50, gerados por auto-avaliações subjetivas de felicidade. (CORBI & MENEZES-FILHO, 2007:3 e OSWALD, 1997: 3-5).

Em reforço a importância desses experimentos, a partir dos anos 90, o tema da felicidade, numa abordagem mais subjetiva, retoma a pauta, pelos braços de três Prêmios Nobel, a saber: Gary Stanley Becker⁷, Amartya Sen⁸ e Daniel Kahneman⁹, cada um a seu modo desafiando o pensamento econômico mais tradicional.

De qualquer forma, vale assinalar a crucial importância de Sen ao sinalizar que é necessário medir mais do que os resultados empresariais ou a produção de um país. De tal sorte que, a medição em termos de desenvolvimento humano, continua inspirando a construção de novos indicadores de medida das contas nacionais e do progresso econômico, social e político¹⁰.

Da mesma forma, desde a virada do milênio, teriam sido produzidos pelo menos “150 artigos e inúmeros livros usando dados de satisfação com a vida e bem-estar”, segundo

⁶ A autora cita informações obtidas em Bruni, L. & Porta, P. L. (Economic and Happiness: framing the analyses. New York: Oxford University Press, Inc. 2005), que tratam de dois trabalhos precursores do retorno ao tema, datados de 1971. O primeiro produzido por Brickman & Campbell (psicólogos) e o segundo por Bernard van Praag.

⁷ Blaug (2001:294-322) questiona com bastante veemência as contribuições de Gary Becker (Escola de Chicago), que ele aponta como um dos “pais” da “Economia das Famílias” (depois renomeada de “Economia Sociológica”) e que se interessou por temas como o matrimônio, o crime, a dependência de drogas, etc.

Sen (2000) trabalhou com a relação entre felicidade e economia de uma forma mais ampla, abordando o desenvolvimento, pelo lado do que ele tem de mais humano, ou seja, pelo lado da liberdade, garantida pela supressão das necessidades coletivas e sugerindo um indicador mais amplo do que o PIB, para medi-lo, enfatizando o caráter de ciência moral da economia. Ao tratar da relação ética e economia, Sen resgata, a seu modo, a necessidade de voltarmos a discutir o que se pode chamar da dimensão coletiva da felicidade. Para Dowbor (2008:11), o essencial é que a partir da obra de Amartya Sen e dos indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) “houve uma inversão radical: o ser humano deixa de ser visto como um instrumento para servir às empresas [educado para aumentar a produtividade das empresas] (...) e passa a ser visto como o objetivo maior. Em outros termos, o social deixa de ser um meio para assegurar os objetivos econômicos(...). E a economia tem de se colocar a serviço destes objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida”.

⁸ Sen (2000) trabalhou com a relação entre felicidade e economia de uma forma mais ampla, abordando o desenvolvimento, pelo lado do que ele tem de mais humano, ou seja, pelo lado da liberdade, garantida pela supressão das necessidades coletivas e sugerindo um indicador mais amplo do que o PIB, para medi-lo, enfatizando o caráter de ciência moral da economia. Ao tratar da relação ética e economia, Sen resgata, a seu modo, a necessidade de voltarmos a discutir o que se pode chamar da dimensão coletiva da felicidade. Para Dowbor (2008:11), o essencial é que a partir da obra de Amartya Sen e dos indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) “houve uma inversão radical: o ser humano deixa de ser visto como um instrumento para servir às empresas [educado para aumentar a produtividade das empresas] (...) e passa a ser visto como o objetivo maior. Em outros termos, o social deixa de ser um meio para assegurar os objetivos econômicos(...). E a economia tem de se colocar a serviço destes objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida”.

⁹ Kahneman (2002), do Departamento de Psicologia da Princeton University-USA, estudou, entre outras coisas, como o julgamento intuitivo associava-se à escolha. Blaug (2001:328) considera que a “teoria prospectiva” proposta por Kahneman e Tversky, em 1986, seja uma das teorias alternativas que poderiam, no futuro, possibilitar o descarte do “duvidoso” postulado da racionalidade neoclássica. Atualmente, Kahneman é um dos consultores e analistas da pesquisa Gallup, denominada World Poll Research, que mede dados dos diferentes países sobre felicidade ou bem-estar, além de inúmeras variáveis caracterizadoras dos povos, em termos: econômicos, políticos, sociais e institucionais. Na versão mais atual (2006), a amostra da pesquisa Gallup considerou mais de 130 países, incluindo o Brasil. (GALLUP, 2008).

¹⁰ Dowbor (2008:11-12) aponta os avanços metodológicos no desenvolvimento de novos indicadores, citando, por exemplo: “Les nouveaux indicateurs de richesse, de Jean Gadrey e de Florence Jany-Catrice”; o “Índice de bem-estar econômico de Osberg e Sharpe”; o “Índice de bem-estar econômico sustentável (IBED)”; o “Indicador de progresso real (IPV)”; o Índice de Qualidade de Vida de “Calvert-Henderson”, e o “Genuine Savings do Banco Mundial”, entre outros.

Corbi & Menezes-Filho (2007:3)¹¹. Essa produção denota o interesse pela medição da felicidade coletiva. Nesse sentido, vale lembrar Dowbor (2006:9), que afirma:

a qualidade de vida é evidentemente mais difícil de medir do que o valor das vendas de uma empresa, ou o custo de funcionamento de uma escola pública, sem falar da economia do voluntariado e do trabalho feminino domiciliar. Mas a realidade é que enquanto não adotarmos formas aceitas e generalizadas de medir o valor final, os resultados, das nossas atividades, não teremos como avaliar nem políticas públicas nem privadas.

Isso porque, a questão da felicidade relaciona-se diretamente com o processo das escolhas humanas e com o agir dos governos em prol do bem-estar coletivo. (GIANNETTI, 2002). Em reforço dessa tese, Silva (2004:194) afirma que o Estado deve ajudar no alcance da felicidade coletiva, colocando o desenvolvimento de um país em função da “vontade coletiva” ou do “desejo social”, o que tornaria emergente a construção de um indicador bastante complexo de medida da felicidade global. Esse indicador deveria capturar não só as dimensões de espaço de interesse individual, mas também as dimensões relativas ao interesse coletivo expressas nas escalas local, regional, nacional, global ou universal.

Do lado da medição das dimensões do interesse individual, sabe-se que a construção dos indicadores não é nada simples, pois envolve tanto condicionantes objetivos (indicadores de condição de vida, nutrição, saúde, moradia, educação, criminalidade, etc.) como subjetivos (experiência interna, predisposição psicológica, sentimentos emoções, etc.). Do ponto de vista das dimensões coletivas, o encargo é tanto ou mais difícil, uma vez que os autores têm buscado determinar associações entre os padrões de resposta sobre satisfação com a vida com variáveis macroeconômicas (PIB, inflação, desemprego, etc.) ou com a superestrutura de valores, crenças e instituições econômicas, sociais ou políticas.

3. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS REVELADAS PELO ESTADO DA ARTE

O levantamento do estado da arte recente sobre o tema felicidade revelou a total predominância de estudos com abordagem quantitativa, preocupados em identificar, pelos avanços da econometria, os fatores determinantes da felicidade.

Desse levantamento, vale mencionar, em termos internacionais: 1) o estudo de Oswald (1997) tendo como base os Estados Unidos e a Europa, que investigou principalmente a satisfação com a vida, com o trabalho e a renda; 2) o experimento de Frey & Stutzer (1999 apud Rodrigues & Shikida, 2005:91¹²), que se preocupou com a investigação dos fatores caracterizadores da felicidade sob três aspectos, a saber: a) fatores pessoais (estado civil, familiar, filhos, etc.); b) fatores econômicos (emprego e renda); c) fatores institucionais (democracia participativa, autonomia do governo local, referendos populares, etc.).

Desses estudos, foram recolhidas as seguintes evidências principais:

- Progresso econômico compra somente um pequeno montante de felicidade extra;
- Renda adicional não aumenta a felicidade infinitamente;
- Renda tem utilidade marginal decrescente em termos de felicidade;

¹¹ A contagem citada tem como referência o Econ Lit (KRUEGER & SCKADE, 2006).

¹² Os autores referem-se ao artigo de Frey & Stutzer. Happiness, economy and institutions. (1999). Disponível em <http://uniroma1.it/~ecspc/papers/frey.pdf>, acesso em: 8/9/2003.

- Família e filhos trazem mais felicidade de forma geral, embora tragam maior responsabilidade;
- Existe uma correlação positiva entre desemprego e inflação e infelicidade;
- O aumento das rendas individuais per capita, em décadas recentes e em economias mais desenvolvidas não tem possibilitado o crescimento do bem-estar;
- Um ambiente mais democrático do ponto de vista participativo (com consultas freqüentes ao povo) e maior autonomia das localidades podem melhorar as condições de satisfação coletiva.

Nacionalmente, foram examinados dois artigos e um trabalho acadêmico que abordam quantitativa as bases de micro-dados da pesquisa World Values Survey-WVS¹³. Além desses estudos foi examinada também referências sobre uma pesquisa exploratória realizada no Estado do Paraná.

Assim, o primeiro artigo, de autoria de Corbi e Menezes-Filho (2004), discute os determinantes empíricos da felicidade, numa comparação do caso especial do Brasil e mais cinco países, utilizando como “proxy” de bem-estar e medidas de variáveis como: nutrição, saúde, moradia, criminalidade, experiência interna de cada indivíduo. Como evidências, esse estudo confirma que a felicidade subjetiva vincula-se às condições mínimas de acesso da felicidade objetiva, que garantem a subsistência das pessoas. Por esse motivo, a felicidade giraria em torno de preocupações das pessoas com a vida familiar, saúde, situação financeira e emprego.

Em outro artigo dos mesmos autores, foi estudada a associação entre felicidade e liberdade econômica e liberdade política, testando as afirmações de Frey e Stutzer (2002 apud Corbi e Menezes-Filho, 2006:2)¹⁴ e considerando o conjunto dos países participantes nas quatro edições da WVS. Assim, haveria evidências da presença de uma utilidade processual (independente da utilidade obtida pelos resultados alcançados), oriunda da presença das duas liberdades: a econômica e a política, que se associam à manifestação sobre a satisfação com a vida individual, quando se controlam características individuais socioeconômicas, macroeconômicas, regionais e temporais, de modo a isolar o efeito da liberdade sobre o bem-estar.

Utilizando a mesma base de dados, a dissertação de mestrado de Lima (2007), elaborada a partir de extensa revisão do estado da arte sobre o tema felicidade, investigou a associação da felicidade com: renda familiar; posição relativa da renda; desemprego efetivo e potencial (risco de desemprego). Mantendo-se sob controle as variáveis sócio-demográficas (como idade, escolaridade, sexo, estado civil, região do País, religião e etnia), a autora

¹³ A World Values Survey é uma rede mundial de cientistas sociais vinculados a diversas universidades que se dedica a pesquisar a mudança nas crenças e nos valores sócio-culturais e políticos, nos diferentes países de todos os continentes habitados no mundo. As amostras de entrevistados na pesquisa WVS têm representatividade nacional. Os questionários são aplicados na língua oficial. O banco de dados total refere-se a 80 países, porém, quando desagregado pelas distintas periodicidades, a presença dos países é irregular e descontínua. A pesquisa foi aplicada em quatro “waves” em períodos distintos (1981-1984, 1989-1993, 1994-1999 e 1999-2004). O Brasil foi objeto somente de duas “waves”: a segunda (1991), com 1782 pessoas entrevistadas e a terceira (1997) quando foram consultadas 2931 pessoas. A pesquisa é organizada com uma seção de controle das entrevistas (estrutura) e mais oito seções de inquérito, que tratam das percepções de vida, meio ambiente, trabalho, família, política e sociedade, religião e moral, tendo como base as características sócio-demográficas do entrevistado. Assim, é possível cruzar dados da percepção de satisfação da vida com inúmeras variáveis, por exemplo: com a importância atribuída à família, aos amigos e aos vizinhos, a forma de educação dos filhos, estado de saúde, respeito e afeição, liberdade de escolha e controle das vidas, participação em grupos sociais e políticos, democracia, liberdade política, importância atribuída ao trabalho, com a situação financeira, etc. (WVS, 2008).

¹⁴ Os autores citam o artigo de Frey & Stutzer. (Beyond outcomes: measuring procedural utility. April 29, 2002. Oxford Economic Papers, 2005, 57(1): 90-111; doi 10.1093/oepp/gpi002).

concluiu que, no Brasil, é possível perceber forte associação positiva entre felicidade e variáveis como renda absoluta, sexo (masculino), estado civil (casado) e negativa com a situação de desemprego efetivo. Com relação à religião, o experimento evidenciou coeficiente negativo para a felicidade decorrente da associação católica ou espírita. De forma interessante, foi notável no experimento que as mulheres são menos felizes comparativamente aos homens.

Já o artigo do Estado do Paraná, de autoria de Rodrigues & Shikida (2005), trata de um estudo de caso a partir de 70 entrevistas no município de Cascavel¹⁵, investigando a importância dos fatores caracterizadores da felicidade a partir de dados pessoais, econômicos e estrutura de valores e delineando uma hierarquia de fatores, a saber: a) saúde; b) realização profissional (que se associa ao nível de renda ou condição sócio-econômica satisfatória, emprego, dinheiro, renda e bens); c) família, realização no amor, paz/tranquilidade, outros valores pessoais (educação, segurança) amizade e relacionamento; d) outros fatores (valores religiosos, sexualidade e valores culturais). Concluindo que a valorização do dinheiro como fator de felicidade é decrescente à renda que se eleva; e ainda que as mulheres (entre 19 a 23 anos), católicas, com superior incompleto valorizariam mais o “dinheiro/renda e bens”. Vale ainda comentar, que nesse estudo 97,1% dos entrevistados declararam-se felizes; sendo que a infelicidade (2,9%) associava-se a razões familiares.

No encerramento do levantamento do estado da arte, foram localizadas também referências ao levantamento “Gallup World Poll Research”¹⁶ (GALLUP, 2008), cujos dados para o Brasil, coletados em 2006, estão sendo analisados pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV), a pedido do Banco Interamericano-BID. Em artigo que antecipa resultados da análise, Néri (2008:28-30) comenta que, para os brasileiros, a sensação de felicidade aproxima-se do padrão europeu¹⁷.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS E PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1 Procedimentos Metodológicos

O estudo de caráter qualitativo foi realizado por meio de sete entrevistas pessoais em profundidade com jovens universitários, na faixa de 20 a 22 anos, além de cinco entrevistas realizadas com alunos de mesma faixa etária. O roteiro de entrevistas considerou referências de variáveis dos demais experimentos identificados no estado da arte sobre o tema felicidade,

¹⁵ Vale comentar que os 22 municípios de Cascavel produzem 26 indicadores municipais simples de qualidade de vida para avaliar conjuntamente a evolução da situação da população. Na avaliação de Dowbor (2008, p.12) a inovação desse indicador reforça a possibilidade da “contabilidade econômica passar a ser um instrumento de cidadania, tornando possível a avaliação mais clara das iniciativas dos diversos atores públicos e privados”.

¹⁶ Segundo o noticiado pelo Gallup (2008), em seu site, a “Gallup World Pool Research” adota um questionário de 140 questões-padrão, além das específicas para algumas localidades, investigando diversos blocos temáticos que abordam: confiança nas instituições e na polícia, percepções de segurança, dinheiro e propriedades, condições alimentares, satisfação com o trabalho, habilidades, engajamento do cidadão às causas e movimentos, sensação de liberdade pessoal, tolerância a grupos minoritários, posse e acesso à comunicação, meio ambiente, bem-estar corrente e passado (5 anos anteriores) e expectativas futuras de satisfação (5 anos à frente). Os dados são associados aos indicadores de produto agregado e per capita dos países.

¹⁷ Segundo Néri (2008:29), o Brasil aparece na pesquisa com 6,61 pontos de felicidade declarada, em termos correntes, não tão distante da Dinamarca, país recordista na pontuação da felicidade corrente (7,98). A nota média mundial foi de 5,25 e na América Latina 5,64. As declarações sobre as expectativas futuras, tendo como referência os próximos cinco anos, revelam que os brasileiros esperam ganhos expressivos de felicidade, alcançando o patamar de 8,24 e ultrapassando a própria Dinamarca, que espera um pequeno recuo em termos de felicidade (7,86).

bem como evidências colhidas primariamente numa rodada preliminar de discussão do tema felicidade em um “grupo focal” que contou com a participação de outros seis universitários, na mesma faixa etária. No conjunto total dessas etapas de aplicação foram ouvidos oito homens e oito mulheres.

O roteiro de entrevista tinha seis blocos temáticos. O primeiro destinado a obter do entrevistado o seu conceito de felicidade e como ele avaliava sua satisfação com a vida. No segundo bloco, foi apresentado um cartão contendo diferentes frases “chavões populares”¹⁸ acerca do tema felicidade, convidando o entrevistado a comentá-las, para delinear as representações suscitadas por essas associações. Nos dois blocos a seguir, foram abordados os momentos da vida e as circunstâncias em que ele se sentia feliz. O quinto bloco tratava dos desejos e projetos de felicidade do entrevistado. Finalmente, no último bloco eram discutidos como o Poder Público (Executivo e Legislativo), nas três instâncias de Governo (municipal, estadual e federal), poderia contribuir para a felicidade.

As categorias para classificação das respostas foram criadas a partir das descobertas teóricas e empíricas sobre o tema, que possibilitavam identificar os diferentes elementos que deveriam ser considerados na construção de um indicador de felicidade coletiva para avaliação das políticas públicas.

4.2 Principais Resultados

Quanto à satisfação com a vida, a maioria dos entrevistados manifestou-se como “frequentemente feliz ou muito feliz”. Houve somente um caso de “não muito feliz” e ninguém se declarou “infeliz”. Esses resultados são compatíveis com outras pesquisas e com os dados do 3ª. Wave da WVS¹⁹, apresentados por Corbi & Menezes-Filho (2004), conforme o próximo quadro.

Quadro 1: Síntese de Resultados da 3ª Wave da World Values Survey

Proporção	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ARGENTINA	BRASIL
Muito Feliz*	48,9%	36 %	19,3%	31,7%	22,3%
Bem feliz	45,4%	56,3%	67,1%	51,5%	60,5%
Não muito feliz	5,3%	7,5%	12,6%	15,5%	15,0%
Infeliz	0,4%	0,2%	1,0%	1,3%	2,2%

Fonte: Dados adaptados a partir da 3ª. Wave da WVS na forma apresentada por Corbi & Menezes-Filho (2004).

Do ponto de vista da abrangência do conceito de felicidade dos nossos entrevistados, vale destacar:

- Estar bem num sentido emocional ou sentimental: “estar bem com o amor”/“estar bem com as pessoas a sua volta”/“estar bem com os pais”/“estar bem com a família” “estar bem com a esposa”/“estar bem com o marido”/“estar bem com os amigos”/“estar bem com as pessoas que estão a sua volta”;

¹⁸ As frases foram inicialmente recolhidas nas manifestações junto ao grupo focal referido como primeira etapa do experimento. São exemplos dessas frases constantes do cartão: “Dinheiro traz felicidade...”; “É impossível ser feliz sozinho...”, “Não basta ser feliz...”, “Sou feliz graças a Deus...”, etc.

¹⁹ Vale lembrar que no caso da WVS, os dados são relativos à cerca de 80% da população mundial, com amostras de sociedades com renda variando desde US\$300 até US\$30.000/ano, desde países de longa tradição democrática até os estados autoritários, e sujeitas as mais diversas religiões existentes. Essas pesquisas são conduzidas através da aplicação de questionários a amostras representativas (com um mínimo de 1000 observações por país) e a felicidade é captada através da seguinte pergunta: No geral, você diria que você é: 1) Infeliz; 2) Não muito feliz; 3) Feliz; 4) Muito Feliz. (CORBI & MENEZES-FILHO, 2004).

- Estar bem num sentido físico ou de energia: “estar com saúde”/“estar bem para viver a vida com saúde”;
- Estar bem num sentido pessoal: “estar bem consigo mesmo”/“estar vendo atendidas suas aspirações e anseios internos”/“estar alcançado grandes e pequenos ideais”;
- Estar bem num sentido financeiro: “estar num bom emprego”/“estar bem com dinheiro”/“estar bem com estabilidade”.

Quanto às implicações do conceito de felicidade dos nossos entrevistados, o uso da expressão “estar-bem” associava-se a algo:

- sempre condicionado pelo exterior, pelas circunstâncias, seja pela “presença ou colaboração do outro” ou por “por condições externas”, algo que escapa ao controle do entrevistado individualmente, porque não lhe é inerente, não faz parte do seu “ser” ou do “ter em posse algo”
- transitório, inconstante e/ou interrompido dentro de um processo: “*nós não somos felizes 24 horas por dia, todo o dia da semana, toda semana do ano, para o resto da vida*”/“*não é uma coisa constante, tem altos e baixos.*”
- relativo, mutante, não homogêneo: “*felicidade do pobre é diferente da felicidade do rico*”/“*Felicidade da criança é diferente da do adulto.*”

Por outro lado, a partir dos depoimentos dos entrevistados, narrando os momentos felizes, seus sonhos de felicidade e os chavões sobre associações relacionando felicidade com variáveis, como amor, sucesso profissional, trabalho, consumo, saúde física e psicológica foi possível construir a hierarquia de fatores pessoais e econômicos da felicidade individual, conforme é ilustrado pela figura 1 a seguir.



Fig.1 – Hierarquia de Fatores Pessoais e Econômicos da Felicidade Individual

Fonte: Elaboração própria a partir dos depoimentos dos entrevistados.

Na hierarquia de fatores condicionantes da felicidade individual percebe-se que a satisfação das necessidades pessoais afetivas (amor, família, filhos e rede de amizades) “competem e se associam” com as aspirações de reconhecimento profissional e pessoal, que

são consideradas ferramentas para alcançar emprego, renda, consumo e bens. Esses resultados parecem estar compatíveis com os de outros levantamentos que tratam de felicidade, muito embora não obedeçam rigorosamente a ordem prevista pela hierarquia das necessidades humanas (MASLOW apud BENNET & KASSARJIAN, 1975).

Sobre a questão da felicidade coletiva, os entrevistados foram convidados a comentar como as diferentes instâncias do Poder Público (Legislativo e Judiciário) poderiam favorecer o alcance da felicidade coletiva.

Com base nas respostas, foi possível perceber que a ponte entre o “ESTAR BEM INDIVIDUAL” e o “BEM-ESTAR COLETIVO” associava-se ao conjunto de fatores institucionais e estrutura de valores que foi possível delinear a partir das referências feitas à importância da atuação do Poder Legislativo, como segue no recorte das manifestações destacado a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - Atuação do Poder Legislativo em prol da Felicidade Coletiva	
CATEGORIAS	ATUAÇÃO ESPERADA DO PODER LEGISLATIVO
Ambiente Institucional	<i>Leis mais eficientes, eficazes, rigorosas e modernas Necessidade do Poder Legislativo fiscalizar e dar respaldo ao [Executivo]</i>
Valores Políticos	<i>Reconhecimento da necessidade de clara divisão de poderes Valorização da importância dos Partidos Políticos Valorização da legitimidade e limitação no exercício do poder Valorização da Democracia Participativa Necessidade de eliminação da corrupção em todas as instâncias de poder</i>
Valores Sociais	<i>Igualdade nos direitos e na aplicação da Justiça</i>
Valores Econômicos	<i>Melhoramento da relação custo/benefício dos impostos Redução da carga tributária Favorecimento do Gasto Social em Saúde Estabilidade de preços (Alimentação) Investimento nas áreas de Infra-Estrutura e Segurança</i>

Fonte: Elaboração própria a partir dos depoimentos dos entrevistados.

Com relação às expectativas do Poder Executivo, o Quadro 3 revela que os entrevistados deslocaram-se do plano político institucional e sinalizaram mais metas de políticas sociais, tais como: saúde, educação, segurança, habitação social, redução da pobreza, além das políticas econômicas (redução da carga tributária, redução da desigualdade de renda e estabilidade de preços). Note-se que esses indicativos do agir no campo social e econômico parecem indicar caminhos que devem ser percorridos entre o “ESTAR-BEM INDIVIDUAL” e o “BEM-ESTAR COLETIVO”.

No conjunto das citações dos entrevistados, foi notável a ausência de referências diretas quanto à preservação e à promoção de valores humanitários, tais como: liberdade, direitos humanos, políticas compensatórias dos desequilíbrios provocados por raça, gênero e deficiência, etc. Todavia, indiretamente, surgiram referências à necessidade de igualdade de direitos e na aplicação da justiça e, de uma forma muito marcante, a necessidade de se recuperar o tratamento ético da gestão pública com uma grande valorização de expressões (conforme consta do Quadro 3) como: “*mais seriedade/ mais honestidade/ mais credibilidade/ confiança/ ações que levem a moral das pessoas/ menos corrupção/ correção da matriz ética do sistema.*”

Por outro lado, nada se comentou sobre a preservação e promoção dos valores culturais, a conservação ambiental (ar, água, saneamento básico, etc.), bem como dos demais vetores do crescimento econômico ou de sustentabilidade do desenvolvimento. Pouco ou quase nada se falou de valores religiosos, muito embora algumas falas deixassem perceber forte viés tanto protestante como católico.

Convém destacar, a partir das referências do Quadro 3, o que foi considerado pelos nossos entrevistados como uma “ação comum” a ser empreendida pelos governos municipal, estadual e federal em favor da felicidade coletiva: educação, saúde, redução de tributos e combate à corrupção.

Quadro 3: Áreas de atuação das instâncias do Poder Executivo em prol da Felicidade Coletiva

Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal
	Habitação Social	
Promoção Social		
		Redução das Desigualdades
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
Segurança	Segurança	
SAÚDE	SAÚDE	SAÚDE
Mercado de Trabalho		Mercado de Trabalho
Asfalto e Luz		
	Transporte Público	
	Garantir a Qualidade de Vida	
REDUZIR TRIBUTOS	REDUZIR IMPOSTOS	REDUZIR IMPOSTOS
		Manter Política Econômica Reformas Tributária e Previdenciária
ELIMINAR CORRUPÇÃO, RESGATAR SÉRIEIDADE, HONESTIDADE E A CREDIBILIDADE		
ESTIMULAR A CONFIANÇA DA POPULAÇÃO E CORRIGIR A MATRIZ ÉTICA DA SOCIEDADE		

Fonte: Elaboração própria a partir dos depoimentos dos entrevistados.

No delineamento das metas para o Poder Executivo, ficou latente a observação de uma contradição: de um lado, a reclamação de uma ação social “mais neoliberal e conservadora”, caracterizada “*por não dar o peixe, mas ensinar a pescar*”, que se associa a uma proposta de política econômica de redução dos tributos e dos gastos da previdência social; e, de outro, expectativas (outras metas de felicidade global) que parecem exigir um “*Estado do Bem-Estar*”, o qual “*não deve ser um Estado mínimo*”, pois tem que servir a população e favorecer o encontro da felicidade coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, que teve como objetivo, narrar os resultados de uma pesquisa qualitativa junto a jovens universitários, para conhecer exploratoriamente os fatores condicionantes da felicidade, a partir de manifestações sobre: o conceito de felicidade individual e avaliação da satisfação de vida, os “chavões populares” sobre o tema da felicidade, os momentos da vida e as circunstâncias da felicidade individual, os sonhos e os

desejos futuros e, por fim, a contribuição do Poder Público (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a felicidade coletiva, tornou possível perceber que:

a) a maioria dos entrevistados se sente feliz ou muito feliz frequentemente, situação que é compatível com os dados da pesquisa mundial WVS;

b) o conceito de felicidade individual formulado pelos entrevistados é abrangente, envolvendo os aspectos emocionais, físicos, pessoais e financeiros, ao mesmo tempo em que é afetado por circunstâncias externas, decorrente da interação pessoal e social, assumindo o caráter transitório, mutante e relativo desta condição;

c) ainda no campo da felicidade individual, que a satisfação das necessidades pessoais afetivas e as aspirações de reconhecimento profissional e pessoal são fatores condicionantes que competem e se associam para a obtenção de emprego, renda, consumo e bens;

d) a felicidade coletiva depende das ações dos Poderes Legislativo e Executivo, identificadas a partir de fatores institucionais e de uma estrutura de valores que podem ser assim resumidas: eficiência e eficácia da legislação e de seu cumprimento com rigor, fortalecimento da democracia representativa e participativa, bem como o equilíbrio entre os poderes constituídos, eliminação da corrupção, justiça social e tributária, estabilidade econômica, emprego e distribuição mais eqüitativa da renda, ações dos governos municipal, estadual e federal nas áreas sociais e de infra-estrutura, com destaque para saúde, educação, redução tributária e combate à corrupção. Esta seria a “chave” para o encontro do “estar-bem” individual com o “bem-estar” social.

e) houve uma resposta contraditória na associação entre redução de tributos e felicidade individual com a relação estabelecida entre ação governamental esperada para favorecer a felicidade coletiva, que pode ser expresso na questão: como financiar gastos públicos requeridos com redução tributária?

f) ficou ainda evidenciada a dificuldade e complexidade de construir indicadores para medir a felicidade coletiva, à medida que nem sempre será possível associar, de forma consistente, as diferentes situações individuais do momento de vida das pessoas, seus valores e crenças a um determinado momento político, social e econômico do país. Isso não retira de sua medida, na forma mais sintética, pela auto-declaração das pessoas, a “utilidade” de indicar o “clima” nacional, servindo de referência fundamental para reflexão e abordagem de outros indicadores mais focados, que possam objetivamente medir os elementos constituintes da felicidade, a cada momento, ultrapassando a barreira do resultado meramente econômico e caminhando para os campos da sociabilidade, da psicologia social e da política.

g) o caráter relativo, mutante e transitório da felicidade individual sinaliza para um sério obstáculo na construção de um indicador que deseja medir, no tempo, um processo que não necessariamente é contínuo, homogêneo ou constante e que deve associar aspectos individuais, sociais, políticos, bem como o reconhecimento de variáveis institucionais. Assim, a subjetividade do tema sugere a manutenção de um sistema de consultas qualitativas para capturar periodicamente os determinantes da satisfação das pessoas com a sua vida em cada nacionalidade, até porque o resíduo não capturado ou explicado nos exercícios da econometria, no caso da felicidade, sem dúvida, pode ser particularmente importante.

Para encerrar, convém lembrar, que mesmo com todas as restrições que possam ser levantadas e o muito que resta a conhecer sobre os fatores subjetivos que condicionam a felicidade, esse esforço não terá sido em vão, pois se trata de recolocar a economia novamente a serviço da sociedade, não como um fim, mas como um meio de alcance ao bem-estar. Sem tomarmos a felicidade coletiva como horizonte, efetivamente, não teremos como avaliar resultados materiais da ação humana, da gestão empresarial ou da ação governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENNETT, P.D., KASSARJIAN, H. H. O comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 1975.

BLAUG, Mark. Metodologia da economia: ou como os economistas explicam. Coleção Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1994.

_____. Teoria econômica em retrospecto. (1ª. ed. Espanhol da 5ª. ed. em inglês). México: FCE, 2001.

CORBI, R. B., MENEZES-FILHO, N.A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. Disponível em <http://www.anpec.org.br>. Link: Encontro Brasileiro de Economia (2004) - artigos – A04A152. Acesso em 2/10/06.

_____. Liberdade econômica, liberdade política e felicidade: uma análise empírica de um painel de países. Artigo apresentado no Encontro Brasileiro de Economia promovido pela ANPEC na Área 7 (2007), disponível em <http://www.anpec.org.br>, acesso em 9/6/2008.

DOWBOR, L. Democracia econômica: um passeio pelas teorias. Publicação on line (versões 2008 atualizada) Disponível em <http://dowbor.org.br/artigos.asp>, acesso em 1/06/2008.

ECONOMIA (Verbetes). In: HOUAISS, A., VILLAR, M. de S. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1097.

FELICIDADE (Verbetes). In: HOUAISS, A., VILLAR, M. de S. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1383.

GALLUP. Gallup world poll research. (Links: methodological design, samples, index). Disponível em <http://www.media.gallup.com>, acesso em 9/6/2008.

GIANNETTI, E. Felicidade: diálogos entre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUGON, P. História das doutrinas econômicas. 1980. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1980.

KAHNEMAN, D. Maps of bounded rationality: a perspective on intuitive judgment and choice. (Prize lecture). Disponível em http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2002/Kahneman-lectures.pdf, acesso em 1/6/2008.

LIMA, Sabrina Vieira. Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2007.

NERI, M. O dinheiro traz a felicidade? (fev/08). Disponível em http://www.fgv.br/ibce/cps/conjuntura_economica/2008/kc002b.pdf, acesso em 9/6/2008.

OSWALD, A. J. Happiness and economic performance. *Economic Journal*, 90: 363, 1997.

RIMA, I. H. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas. 1977.

RODRIGUES O. A., SHIKIDA, P. F. A. Economia e felicidade: elementos teóricos e evidências empíricas. Pesquisa & Debates, 27 (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP), v. 16, n.1 (27), jan-jun/2005.

SILVA, P. H. N. Indicador global de felicidade: repensando o desenvolvimento. Revista RES PÚBLICA: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, Jun-04, ano III, no. 4, p. 183, 2007.

SMITH, Adam. Teoria de los sentimientos morais. México: FCE, 2004.

WORLD VALUES SURVEY (WVS, 2008). (Metodologia, questionário e resultados). Disponíveis em <http://www.worldvaluesurvey.org>, acesso em 9/6/2008.